



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.107, DE 2021

(Do Sr. Valtenir Pereira)

Altera o artigo 305 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-8045/2010.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. VALTENIR LUIZ PEREIRA)

Altera o artigo 305 do Decreto-Lei nº
3.689, de 3 de outubro de 1941 -
Código de Processo Penal

Art. 1º O caput do art. 305 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 –
Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 305. Na falta ou impedimento do escrivão, a autoridade policial
designará outro agente policial para a lavratura do auto, depois de
prestado o compromisso legal”.

JUSTIFICATIVA

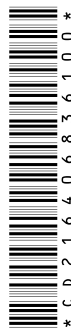
O Código de Processo Penal foi incluído no regramento pátrio no ano de 1941. Segundo o IBGE, nessa época o analfabetismo no Brasil era de 56%. Portanto, seria correto afirmar que, mesmo entre os policiais, não era muito comum encontrar pessoas com a habilidade básica de escrita suficiente para a formalização de peças jurídicas.

Com o tempo, a taxa de alfabetização da população brasileira saltou para os atuais 93,4%. Entre as polícias judiciárias tornou-se comum a exigência do curso superior para o ingresso dos servidores.

Uma vez que a problemática da capacitação dos profissionais das forças de segurança deixou de ser obstáculo para a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, o foco passa a ser o conhecimento necessário para a formalização da peça jurídica.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valtenir Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216406836100>



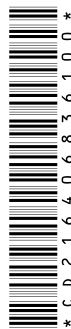
Por mais estudado que uma pessoa seja, há de se considerar ser muito difícil o desempenho específico da função policial. É necessário que, além do conhecimento da escrita, o agente tenha a experiência de campo para evitar que imperfeições não anulem a peça formalizada.

Em função disso, a fim de aprimorar nosso ordenamento jurídico, é imperativo que hajam inovações que adaptem a lei à atual realidade brasileira.

Nesse sentido, com vistas a inserir essa mudança no Código de Processo Penal é que submeto ao crivo dos nobres colegas desta Casa de Leis a apreciação da proposta de Projeto de Lei de suma importância para a sociedade, contando com vosso nobre apoio para aprovação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valtenir Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216406836100>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO I
DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO IX
DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA
(Denominação do título com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, publicada no DOU de 5/5/2011, em vigor 60 dias após a publicação)

CAPÍTULO II
DA PRISÃO EM FLAGRANTE

Art. 305. Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, publicada no DOU de 5/5/2011, em vigor 60 dias após a publicação)*

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 11.449, de 15/1/2007, e com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, publicada no DOU de 5/5/2011, em vigor 60 dias após a publicação)*

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.449, de 15/1/2007, e com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, publicada no DOU de 5/5/2011, em vigor 60 dias após a publicação)*

FIM DO DOCUMENTO